



PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DE FRAUDE CONTÁBIL NUMA EMPRESA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Viviane Fernandes Pereira

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-SP)

viviane.fpereira@outlook.com.br

Adilson das Neves Santos

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-SP)

adilson@morumbicontabil.com.br

Luis Fernando da Rocha

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-SP)

luis.rocha@unaspedu.br

Resumo

A contabilidade tem o propósito de fornecer informações relevantes, úteis e tempestivas para que os dirigentes possam tomar decisões de forma plena e adequada a realidade da organização. Porém na última década, a sociedade tem observado grandes escândalos relacionados à fraude, como adulteração, manipulação e omissão de dados/fatos dentro de uma empresa. O objetivo deste estudo é verificar se os procedimentos utilizados para a prevenção de fraude contábil em uma empresa de comércio exterior são suficientes para impossibilitar a sua ocorrência. Utilizou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, o questionário em escala likert foi aplicado em 5 profissionais da área contábil, 5 do fiscal e 3 do controle interno, que consistia na verificação de ambientes mais propícios para a ocorrência de fraude. Verificou-se que existem significativas falhas no que concerne aos controles primordiais para prevenção de fraudes, e que os níveis hierárquicos, em várias ocasiões, não indicam trabalhar/operar adequadamente, em razão das opiniões divergentes em relação a questões primordiais para empresa. Existe a necessidade de um controle interno mais efetivo em todos os departamentos, o que dificultaria a ação de pessoas mal intencionadas que venham burlar o sistema. A atuação efetiva de uma auditoria interna, com o propósito de verificar o andamento dos controles efetuados em cada área, inibiria também ações dolosas contra a empresa. A fraude em si não foi detectada, mas existem muitas lacunas para que a mesma ocorra.

Palavras-chave: fraude contábil, controle interno, auditoria externa.

1. Introdução

Sucesso e progresso são metas que todas as organizações apresentam em comum, independente do seu porte ou sua área de atuação. O alcance dessas metas contribui para o bem estar da sociedade, por meio da geração de emprego e renda, pagamento de impostos, que serão convertidos em serviços públicos. Entretanto, esses interesses, muitas vezes por ganância e ambição, têm levado alguns grupos ou entidades a ferirem padrões, burlando normas, prejudicando assim o bem estar social em benefício próprio. Esse desrespeito tem atingido níveis cada vez mais assustadores e, infelizmente, a contabilidade tem sido empregada de forma inadequada na intenção de iludir a opinião de terceiros.



A contabilidade visa demonstrar a real situação patrimonial de uma empresa (SÁ e HOOG, 2012). Com suas informações, os gestores tomam decisões, fazem investimentos, fornecedores acreditam no potencial da empresa em saldar suas dívidas, bancos e instituições financeiras definem padrões de financiamento, governo estipula impostos, enfim, a contabilidade é um instrumento imprescindível para a tomada de decisões de usuários internos e externos.

Os órgãos de controle e auditoria têm sido necessários, suas atuações efetivas, eficazes e com frequência necessária, enfatizando os controles internos como forma de prevenir possíveis atuações de fraudes. Assim, faz-se necessário a importância de um mecanismo de controles que acompanhe o início, meio e fim das operações para evitar a fraude.

A auditoria torna-se imprescindível na sua atuação dentro do controle interno no combate às fraudes. Em geral, as ações da auditoria não envolvem as ações da administração, porque a natureza da auditoria independe da execução, justamente pelo fato da auditoria ser externa, ou seja, independente. É importante ressaltar que a auditoria por si só não irá resolver ou sanar todas as situações de fraudes, mas sua aplicação centralizada na avaliação de áreas de riscos, nos controles existentes e nos sintomas ou indícios de fraudes, tende a melhorar os recursos e diminuir de forma considerável esses casos. Neste sentido, elaborou-se a seguinte questão problema de pesquisa: Quais são os procedimentos utilizados para a prevenção de fraude contábil em uma empresa de comércio exterior situada na cidade de São Paulo?

As fraudes contábeis no Brasil tem grande repercussão não apenas nos profissionais contábeis, mas também pelos meios de comunicação e profissionais de outras áreas do conhecimento humano. O principal enfoque dessas discussões tem sido pela necessidade de que haja transparência, segurança e confiabilidade nos números apresentados pelas empresas quer sejam para seus acionistas, fornecedores, poder público, entre outros. Portanto, o objetivo deste estudo é verificar se os procedimentos utilizados para a prevenção de fraude contábil em uma empresa de comércio exterior são suficientes para impossibilitar a sua ocorrência.

Torna-se, portanto, relevante demonstrar meios de prevenção de fraudes contábeis em uma empresa de comércio exterior, que por possuir uma operação mais complexa do que os demais ramos, podem estar mais propícia a sofrer uma fraude. Sendo adequado identificar pequenos indícios de fraudes, tomando as devidas ações para a sua prevenção ou correção.

2. Plataforma teórica

Fraudes são frutos de oportunidades, seja por excesso de comando, por lacunas de fiscalização, em razão da facilidade de apropriação, omissões, desvio e manobras (CASTRO; CAMPOS, 2009), sendo usadas tanto por empregados como por empresários e administradores, com a finalidade de obter proveito com o prejuízo de terceiros.

Um dos modelos clássicos que trata sobre a ocorrência da fraude foi apresentado por Cressey (1953), conhecido como “Triângulo da Fraude” (Figura 1). Segundo esse modelo, para coexistir uma fraude é necessário que num ambiente ocorra a racionalização, que é aquilo que o indivíduo entende como certo ou errado, uma vez que o fraudador precisa justificar os seus atos, ou seja, racionalizá-lo, a segunda etapa está relacionada com a necessidade ou pressão, que tem a ver com tipo de situação dentro do ambiente que o fraudador está inserido, e a última etapa está relacionada com a percepção da oportunidade do momento propício para colocar em prática os planos para a execução da fraude.

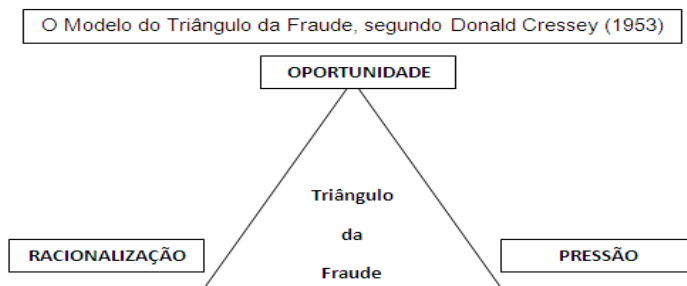


Figura 1: Modelo do triângulo de Fraude
Fonte: Cressey (1953, p. 30)

Esse estudo concentrou-se no período anterior a 1953, no comportamento dos indivíduos que cometeram fraude (GOMES, 2000; OLIVEIRA, 2012; CREPALDI, 2010), conhecendo seus motivos e causas, auxiliando para o seu entendimento, detecção e prevenção. De acordo com a com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio das NBC T 11.1.4. “o termo fraude refere-se a ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis”. As fraudes são atos ilícitos praticados individualmente ou em conluio com a intenção de demonstrar uma falsa representação da realidade das transações financeiras contabilizadas (GOMES, 2000), é um ato doloso cometido de forma intencional, visando ganhar proveito de uma determinada situação. De acordo com a NBC T 11.1.4, o erro está relacionado a uma ação que não possui a intenção de causar algum tipo de dano ou tirar qualquer proveito da situação (CFC, 2008).

2.1 Ambientes de ocorrência de fraude contábil

A ausência de controles e procedimentos internos, um mercado pouco regulado e pessoas sem boa índole ou conduta questionável podem ser caracterizados como início para atuação de atividades de caráter doloso contra a organização (MOURA, 2007). A ineficiência das leis e incerteza de pena tornam-se incentivos para ausência de conduta moral. Além da concorrência dentro das organizações, membros da alta administração como gestores e colaboradores não logram de uma conduta profissional e ética de forma exemplar.

As fraudes podem ser constatadas em diversas formas, Sá e Hoog (2012) citam as principais: documentos; títulos de crédito e cheques; balanços; diários e razões; demonstrações contábeis, entre outros. Em alguns casos de fraudes, sua finalidade é subtrair direitos de terceiros, porém em outros casos a fraude tende de alguma forma a compensar perdas, entretanto continuam sendo fraudes. Este ato não é um fundamento das empresas, porém sua prática é uma agressão ética e intangível, que trará penas severas as empresas.

São diversos fatores que possibilitam as práticas de fraudes contábeis, para Cosenza (2003) os principais são obter um maior prestígio profissional; maior estabilidade na permanência do cargo e pagamento de dívidas. As fraudes podem causar diversos danos tanto para a empresa, quanto aos colaboradores diretos e indiretos. A identificação deste tipo de fraude deve ser permanente, a fim de diminuir as possibilidades de sua ocorrência.

2.2 Comércio exterior no Brasil

O comércio exterior no Brasil adquiriu grande importância, pois seu crescimento pode proporcionar o desenvolvimento sócio-econômico, com a geração de empregos, pagamentos de



tributos, novas tecnologias, entre outros, obtidos por meio do ingresso do comércio exterior. Munduruca (2012, p.15) realça que “a dinâmica do comércio exterior vai muito além do simples processo de compra e venda de mercadorias. Ela pode representar um elemento-chave sobre as condições de desenvolvimento de determinadas economias nacionais”.

Com o crescimento das importações, o Brasil passou a ser extremamente requisitado no mercado internacional. Isso trouxe resultados positivos, visto que, as exportações aumentaram mais que o proporcional em comparação as importações, resultando em saldo favorável. Entretanto a segurança das operações torna-se vital, os riscos inerentes à condução dos negócios e confiabilidade das informações são de extrema importância na condução dos negócios das empresas de comércio exterior. “Sempre é recomendável que se tenha o maior número de informações possíveis de quem se está comprando,” aduz Vazquez (2007, p.105).

2.3 Controle interno na prevenção de fraudes

O controle interno tem por objetivo a medição de padrões, a avaliação de desempenho, a comparação de metas, com o intuito de corrigir informações, detectar desvios ou anormalidades através dos resultados obtidos em suas análises no intuito de simplificar as rotinas diárias passíveis de erros ou fraudes. O monitoramento torna-se fundamental em razão de alguns trabalhos serem realizados por pessoas com fraquezas funcionais e morais. Na visão de Almeida (2010, p. 42) o controle interno “representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução dos negócios”.

Consiste basicamente em preservar os interesses da organização, atribuindo com eficiência a sua função, provendo as informações com eficácia e fidedignidade os relatórios e demonstrativos contábeis, prevenindo e detectando possíveis erros e fraudes, assim protegendo seus recursos. Nesta linha, Migliavacca (2004) detalha formas que o controle interno pode assumir, como os detectivos que são aqueles controles destinados a detectar erros e anormalidades que ocorreram durante o processamento de dados.

Para Attie (2011 p. 195), o controle interno tem três objetivos básicos: salvaguarda dos interesses da empresa; precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; estímulo à eficiência operacional. No que se refere à salvaguarda dos interesses das empresas (Quadro 1), tem-se por finalidade a segurança das entidades contra qualquer tipo de erro ou desvios que venham a ocorrer em seu patrimônio.

Itens	Conteúdo
Segregações de funções	Estabelece a independência para as funções. Ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação.
Sistema de autorização e aprovação	Compreende o controle das operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e os riscos envolvidos.
Determinações de funções e responsabilidades	Determina para cada funcionário a noção exata das suas funções. A existência de organogramas claros determina a linha de responsabilidades e autoridades definidas por toda a linha hierárquica.
Rotação de funcionários	Corresponde no rodízio dos funcionários designados para cada trabalho; possibilita reduzir as oportunidades de fraudes e resulta, geralmente, em novas ideias de trabalho para as funções.
Alçadas progressivas	A utilização de alçadas progressivas, com dupla assinatura de pessoas independentes entre si, fornece maior segurança à empresa, permitindo que as principais decisões, fiquem canalizadas junto aos principais administradores.

Quadro 1: Principais meios de suporte à salvaguarda dos interesses das empresas.

Fonte: Adaptado de Attie (2011, p. 195 e 196).

Pode-se utilizar esses meios para proteger o patrimônio prevenindo contra fraude de terceiros ou cometidas pelos próprios colaboradores. Outro objetivo do controle interno trata



sobre a verificação da possibilidade de uma empresa estar sofrendo fraude em relação à precisão e confiabilidade dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais. Para os meios desse tipo de verificação Attie (2011) destaca documentação confiável, conciliação e análise.

Além de criar meios para manter resguardado o patrimônio das empresas, é necessário que periodicamente as informações geradas no decorrer de um período sejam analisadas e confrontadas. Para Attie (2011) no controle interno, grande parte do trabalho é realizado por pessoas, que são passíveis de erros, assim deve-se periodicamente verificar se os colaboradores estão seguindo os procedimentos e políticas adotadas. A função dos manuais internos é justamente expor os procedimentos internos, possibilitando uma prática uniforme, normatizada e eficiente dos atos e prevenindo a ocorrência de erros e desperdícios.

Diante ao exposto, Oliveira e Linhares (2006) mencionam que por meio dos princípios de controle interno se estabelecem as diretrizes a serem tomadas pela administração da empresa, no tocante ao seu adequado funcionamento, com a separação de atribuições específicas para cada funcionário, a fim de se evitar possíveis erros ou fraudes.

2.4 Sistema de informação contábil

A implantação de sistemas informatizados nas diversas áreas que compõem o ambiente interno da empresa aliada à necessidade de uma comunicação com o ambiente externo, geralmente via sistemas eletrônicos, gerou a necessidade de se garantir a segurança dos dados eletrônicos, e qualidade das informações geradas por esse sistema. Para que um sistema de informação contábil seja válido e útil, é necessário que nele contemple aspectos fundamentais, destacado por Padoveze (2000) com operacionalidade e integração.

Vale salientar outros aspectos que aliados aos citados possam fazer com o que o sistema de informação contábil seja adequado e seguro, atendendo de forma plena às necessidades dos usuários e de seus respectivos departamentos. Attie (2011), complementa as etapas de programas de computadores, procedimentos de entrada, manutenção de arquivos e equipamentos como necessários ao funcionamento desse sistema.

Crepaldi (2010) afirma que um bom sistema não deve omitir uma informação, a mesma deve ser suficientemente detalhada para permitir identificação das operações ou possíveis problemas. Um sistema de contabilidade sem controle interno que reúne condições e características apropriadas para a consecução tem suas informações infundadas.

2.5 Auditoria

Attie (2011, p. 218) destaca a importância do trabalho executado por auditores externos, “justamente pelo grau de independência que ele pode, e deve, manter em relação à entidade auditada. Isso porque a auditoria interna geralmente não objetiva a emissão do parecer sobre as demonstrações contábeis”.

A auditoria externa tem diversas formas de atuação, porém as principais são caracterizadas por Franco e Marra (2011) como auditoria geral, auditoria parcial ou específica, e revisão limitada. É relevante tratar da forma de atuação do auditor no que discerne a apuração de erros ou fraudes dentro da organização. Assim, Attie (2011, p. 215) destaca que “a auditoria específica para apurar erros e fraudes, é aquela contratada por empresas que não mantém auditores e que os procuram somente nos momentos em que o erro ou fraude se manifesta”. As NBC T 11.1.4.3 complementam no que discerne a apuração de erros e fraudes “a



responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraudes e erros é da administração da entidade, (...) entretanto, o auditor deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis”.

Essas situações demonstram as formas de atuação que um auditor pode assumir e quais seriam os melhores procedimentos que eles podem adotar para verificar quão fidedigna é a realidade contábil de uma organização. Caso não esteja de acordo, seja por um desvio no controle interno, ou algum tipo de brecha no sistema tecnológico que possibilite o ato de fraude, cabe ao auditor independente informar aos dirigentes e mostrar os melhores mecanismos para a reversão dessa situação. A responsabilidade primária do trabalho de auditoria é identificar essas inconsistências, indicando as medidas corretivas necessárias.

3. Metodologia de pesquisa

Em relação aos seus objetivos é classificada como exploratória, que na visão de Severino (2007), busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho. Quanto aos procedimentos é elencada como pesquisa bibliográfica, que segundo Vergara (2010) consiste num estudo embasado em material já divulgado. Seguindo a proposição de Severino (2007) a pesquisa é considerada como qualitativa por fazer mais referência a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas.

Para fins deste trabalho o questionário, em escala likert, com alternativas CT – concordo totalmente, CP – concordo parcialmente, NS – não sei, DP – discordo parcialmente, e DT – discordo totalmente, foi dividido em quatro blocos: o primeiro bloco é referente ao ambiente de controle, que consiste em definir como é o ambiente de controle organizacional; o segundo bloco é referente à avaliação de controle, que consiste na avaliação de como são realizados os controles internos das empresas e quem é responsável por cada etapa desse controle; o terceiro bloco é referente a conciliação de todos os registros das empresas, no sentido de que essas informações devem ser sempre confrontadas de maneira a evitar disparidades entre os departamentos; o último bloco diz respeito aos sistemas de informação, que visa identificar a confiabilidade desses sistemas dentro da organização e quais são os papéis dele dentro de cada departamento.

O questionário foi aplicado em departamentos contábil, fiscal e controle interno de uma empresa de comércio exterior, por serem consideradas áreas mais prováveis de ocorrência ou detecção de fraude. Da área contábil as questões foram respondidas por um assistente, analista, consultor, contador e controller; na área fiscal o questionário foi respondido por um assistente, analista júnior, analista sênior, gerente fiscal e novamente pelo controller; no controle interno foi respondido por um analista, o gerente de controle interno e novamente pelo controller.

4. Apresentação e análise dos dados

4.1 Área de contabilidade

A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos na área contábil, referente ao ambiente de controle da empresa. As questões foram respondidas pelo assistente, analista, consultor, contador e controller.



Tabela 1: Ambiente de Controle – Contabilidade

Ambiente de Controle - Contabilidade	Operacional			Tático/ Estratégico	
	Assistente	Analista	Consultor	Contador	Controller
1 – Existe organograma definindo claramente funções e hierarquia?	NS	CP	CP	CT	CP
2 – Há uma efetiva segregação das funções operacionais e de controle?	CP	CP	CT	CT	CP
3 – Em nenhuma hipótese existe o controle nas mãos de uma única pessoa pela responsabilidade integral de uma operação?	CP	CP	CT	CT	CT
4 – Há rotação entre os funcionários designados para cada trabalho?	DP	CP	DT	DP	DP
5 – Todas as instruções e informações são fornecidas por escrito?	CT	CP	DT	DP	DP

Em relação ao ambiente de controle da organização, não houve muitas variações. Dos questionados, 80% afirmam que existe um organograma que define as funções e hierarquias de cada indivíduo dentro da organização. Houve unanimidade no que diz respeito as segregações de funções e a não existência do controle nas mãos de uma única pessoa. Revela um ambiente de controle seguro, sem abertura à fraude, como afirma Attie (2011).

Concernente a rotação entre os funcionários designados para cada área, 80% dos entrevistados concordam que não existe. Isso pode reduzir a segurança do ambiente de controle. Cosenza (2003) adverte que a estabilidade na permanência de um cargo, pode ser um fator que leve a fraude. Na área contábil 60% dos integrantes afirmam que as instruções e informações não são fornecidas por escrito.

Vale ressaltar que não houve grandes disparidades entre as respostas obtidas pelo operacional versus estratégico. O que evidencia o alinhamento dessas duas áreas na empresa, que juntas e devidamente ordenadas combatem possíveis indícios de fraude, pelo fato de não existir informações, possivelmente, ‘perdidas’ entre ambas as partes.

A Tabela 2 apresenta os resultados na área contábil, referente a avaliação de controle.

Tabela 2: Avaliação de Controle – Contabilidade

Avaliação de Controle - Contabilidade	Operacional			Tático/ Estratégico	
	Assistente	Analista	Consultor	Contador	Controller
1 – A empresa possui conta em diferentes bancos?	CT	CT	CT	CT	CT
2 – As contas a receber e as contas a pagar, de qualquer natureza, são periodicamente verificadas pelo financeiro e conciliadas com a escrituração contábil?	CT	CT	CT	CP	CT
3 – O controle interno da empresa passa por uma avaliação de auditoria externa?	CT	CT	CT	CT	CP
4 – Todos os procedimentos adotados pelo controle interno são testados?	CP	CT	CT	CT	CP

Observa-se que a empresa possui conta em diferentes bancos, dificultando a ação de pessoas má intencionadas, reforçando a segurança na operação. Todos integrantes da área contábil concordam que existe a conciliação das contas a receber e a pagar com a escrituração contábil. É importante essa adequação do contábil com o financeiro, na visão de Crepaldi (2010) é necessário que haja a aplicabilidade e adequação de controles internos e financeiros.

Todos concordam que a empresa tem auditoria externa periodicamente e que todos os procedimentos adotados pelo controle interno são testados. Isso reforça a ideia de segurança dentro da empresa. Segundo as NBC T 11 os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança dos procedimentos de controle interno (CFC, 2008). No que concerne a avaliação do controle da empresa, não houve desconfortos entre as informações fornecidas pelo nível operacional e o estratégico, as duas áreas estão alinhadas.



A Tabela 3 apresenta os resultados da área contábil, referente à conciliação contábil da empresa.

Tabela 3: Conciliação Contábil – Contabilidade

Conciliação Contábil - Contabilidade	Operacional			Tático/ Estratégico	
	Assistente	Analista	Consultor	Contador	Controller
1 – A empresa realiza a conciliação periodicamente de todas as contas?	CP	CT	CP	CT	CP
2 – Existem controles para assegurar o adequado processamento das operações e gerar dados contábeis confiáveis quantos às compras e vendas da empresa?	DP	CT	CP	CT	DP
3 – Os registros contábeis são confrontados?	CT	CT	CT	CT	CP
4 – Existe uma revisão independente da classificação contábil dos lançamentos?	CP	CT	CP	CT	DP
5 – Existe reconciliação mensal entre os controles auxiliares, razão geral e posição de cobrança?	CT	CT	CP	CT	CP
6 – A empresa efetua periodicamente back-up dos dados contábeis?	CT	CP	CT	CT	CP

A área contábil reflete todas as operações realizadas na empresa. Para verificar o andamento das atividades desse departamento, foi questionado a periodicidade da conciliação das contas, e os integrantes afirmam que todas estão sendo devidamente conciliadas, com algumas ressalvas, o que indica que alguma conta está deixando de ser conciliada. E essa, pode ser uma possível brecha para fraude, como destaca Sá e Hoog (2012) que podem existir erros, se não há uma devida verificação de todas as contas patrimoniais e de resultado.

Em relação à existência de um controle que assegure o adequado processamento e gere dados confiáveis quanto as compras e vendas, o departamento contábil não chegou a um consenso, 40% concordam que existe esse controle, 10% concordam com ressalvas, mas 40% discordam. Pode-se verificar que o nível estratégico e o tático não chegaram a um consenso, uma vez que o tático concorda com a existência desse controle e o estratégico discorda. Se existem discrepâncias no nível superior, subentende-se que existe a omissão de uma das partes, talvez para se obter um maior prestígio profissional como destaca Consenza (2003).

Todos concordam que os registros são confrontados, isso evita a ocorrência de discrepâncias entre as áreas da empresa, como financeiro, fiscal, operações, entre outros. Para Attie (2011) a utilização de provas independentes serve para comprovação mais segura de que as operações e os registros estão em forma exata, evitando abertura para que outros departamentos possam fazer transações sem respaldo contábil.

No que discerne a revisão independente da classificação contábil dos lançamentos, foram verificadas divergências entre as opiniões. Na área operacional apenas 10% concordam totalmente que essa revisão existe, contra 40% que concordam com algumas ressalvas. O fato mais alarmante está no alto escalão da empresa, o nível tático concorda totalmente que essa revisão existe e o nível estratégico discorda parcialmente. Houve divergência não somente, entre os integrantes da mesma área, mas entre os níveis hierárquicos. O que permite a dúvida sobre a existência dessa revisão, que se torna um ambiente adequado à ocorrência da fraude, com a ausência de controles e procedimentos internos, corroborando com Moura (2007).

Todos concordam que existe uma reconciliação entre o razão geral e a posição de cobrança. Para Attie (2011) a conciliação indica a precisão existente entre diversas informações, visando a manutenção equilibrada e a eliminação tempestiva de possíveis pendências. Quanto à realização periódica de back-up dos dados, todos concordaram, com exceção de 40% que



concordaram com ressalvas, que indica a sua não ocorrência. Considerando que os sistemas são passíveis de erros, é relevante o back-up periódico.

Observa-se divergências, principalmente entre o nível tático e o estratégico, isso indica que existe a omissão da realidade da empresa, ou que um dos integrantes dos níveis quer se sobressair em relação ao outro. Fato como esse é destacado por Cosenza (2003) como sendo fatores que possam propiciar a fraude contábil em uma empresa.

A Tabela 4 expõe os resultados da área contábil, referente o sistema de informação.

Tabela 4: Sistema de Informação – Contabilidade

Sistema de informação - Contabilidade	Operacional			Tático/ Estratégico	
	Assistente	Analista	Consultor	Contador	Controller
1 – Existe algum manual de utilização do sistema de informática?	DP	CP	DT	DP	DP
2 – Os dados gerados pelo sistema de informática são confiáveis?	CP	CP	DT	CP	DT
3 – O sistema possui travas para que o usuário não tenha acesso a um período encerrado?	CP	CT	CT	CT	DP
4 – O sistema de informática suporta os dados da empresa, não apresentando nenhuma disfunção devida a sua utilização?	DP	CP	DT	CP	DT
5 – As deficiências que o sistema apresenta é devidamente reportada e resolvida de forma mais breve possível por pessoas com condições de tomar as medidas corretivas necessárias?	DP	CP	DT	CP	DT

Em relação à existência de manual de utilização do sistema de informática, 80% afirmam sua inexistência. Para uma empresa atuar em conformidade entre todos os seus membros, o manual tem a função de guia-los. Attie (2011) adverte que servem de suporte aos programas, devendo ser cuidadosamente elaborados, mantidos e atualizados.

No que tange à confiabilidade dos dados gerados pelos sistemas de informática, 60% concordam que as informações são confiáveis, contra 40% que discordam. Segundo Padoveze (2000) é importante que todos os que trabalham com a informação contábil saibam que estão operando com dados reais, significativos e concisos, ou seja, que existe confiabilidade.

Concernente ao uso de travas no sistema para não permitir o acesso a períodos fechados, 80% dos membros da área contábil concordam que existe, porém o nível estratégico da empresa discorda que esse tipo de trava exista. Observa-se que o indivíduo responsável por coordenar os demais integrantes da empresa, nega a utilização de uma trava que todos os seus subordinados afirmam existir. Sendo possível perceber que falta um pouco mais de interação entre os níveis da empresa, e principalmente conhecimento pela parte do nível estratégico do que está sendo executado pelos demais.

Em relação à apresentação de disfunções do sistema de informática devido a sua utilização, e consequentemente a resolução dessas deficiências que o sistema venha a apresentar, 60% alegam que o sistema de informática apresenta disfunções pelo seu uso, e que essas deficiências e disfunções não são devidamente reportadas e resolvidas, contra 40% que concordam que não apresenta, mas com algumas ressalvas.

Novamente foi possível verificar disparidades entre os níveis hierárquicos no que discerne ao sistema de informação, este fato reforça a ideia de que uma das áreas quer se sobressair em relação à outra, e que realmente está havendo a omissão da realidade da empresa por alguma das partes.



4.2 Área fiscal

A Tabela 5 elenca os resultados obtidos na área fiscal, referente ao ambiente de controle da empresa. As questões foram respondidas pelos componentes: assistente, analista júnior, analista sênior, gerente fiscal e controller.

Tabela 5: Ambiente de Controle - Fiscal

Ambiente de Controle - Fiscal	Operacional			Tático/ Estratégico	
	Assistente	Analista Jr	Analista Sr	Ger. Fiscal	Controller
1 – Existe organograma definindo claramente funções e hierarquia?	CP	CT	CP	CP	CP
2 – Há uma efetiva segregação das funções operacionais e de controle?	CP	CT	CP	CP	CP
3 – Em nenhuma hipótese existe o controle nas mãos de uma única pessoa pela responsabilidade integral de uma operação?	DT	CT	CP	DP	CT
4 – Há rotação entre os funcionários designados para cada trabalho?	CP	CT	CP	CT	DP
5 – Todas as instruções e informações são fornecidas por escrito?	DT	CP	DP	CP	DP

Sobre o fato de existir um organograma definindo claramente as funções e hierarquias dentro da empresa, os integrantes da área fiscal concordam que existe, porém vale ressaltar que 80% dos integrantes concordam com ressalvas. Frente à situação cabe à empresa tomar as ações necessárias para elaborar um organograma claro e preciso que defina sem abertura para questionamentos as funções e as hierarquias dentro da mesma.

Quanto ao fato de existir uma efetiva segregação de funções dentro da empresa, os integrantes da área fiscal concordam em sua totalidade que ela existe, mas com algumas ressalvas, 80% concordam parcialmente, o que corrobora as informações obtidas na questão anterior. Um dos ambientes mais propícios para fraude, segundo Moura (2007) seria a ausência de procedimentos internos adequados. Existe alguma falha no que discerne a informações primordiais a cerca das funções e hierarquias. Sobre a inexistência do controle total nas mãos de uma única pessoa pela responsabilidade integral de uma operação, 60% dos integrantes concordam com ressalvas, contra 40% que discordam. O nível o tático discorda e o estratégico concorda quanto a existência desse controle.

Em relação à rotação de funcionários designados para cada trabalho dentro da empresa, 80% concordam que existe com algumas ressalvas, porém vale ressaltar que o nível estratégico da empresa não concorda com a existência da mesma. O que corrobora o desencontro de informações que há dentro da empresa, o nível estratégico deveria ser responsável por guiar a empresa. Segundo Attie (2011) a rotação de funcionários designados para cada área de trabalho, possibilita reduzir as fraudes. Quanto ao fato das instruções e informações serem fornecidas por escrito na empresa, 60% dos questionados discordam quanto a esse fornecimento. Como foi verificado na análise dos dados da área contábil, é importante que sejam fornecidas todas as informações e instruções necessárias para guiar todos os colaboradores da empresa, a fim de evitar aberturas para fraude.

Foi possível verificar algumas disparidades significativas entre os níveis hierárquicos dentro da empresa, que deveriam trabalhar e manusear as mesmas informações, porém como foi verificado, isso não ocorre na empresa estudada. Esse desencontro de informações pode e deve ser tratado com atenção, pois já configura um ambiente propício para fraude.

A Tabela 6 apresenta os resultados da área fiscal, referente à avaliação de controle da empresa.



Tabela 6: Avaliação de Controle – Fiscal

Avaliação de Controle - Fiscal	Operacional			Tático/ Estratégico	
	Assistente	Analista Jr	Analista Sr	Ger. Fiscal	Controller
1- As faturas e notas de créditos são assinadas ou rubricadas por um diretor ou um funcionário categorizado antes de serem contabilizadas?	CT	NS	NS	CP	CT
2- Há controles para assegurar que todas as vendas efetuadas sejam faturadas?	CP	CT	CP	CP	CT
3 - Esses controles demonstram que todas as vendas faturadas sejam contabilizadas?	CP	CT	NS	CP	CT
4- Há controles para evitar o registro de vendas fictícias?	NS	CP	NS	CP	CT
5 - O controle interno da empresa passa por uma avaliação de auditoria externa?	CT	CT	NS	CT	CP
6 - Todos os procedimentos adotados pelo controle interno são testados?	CP	CP	NS	NS	CP

Sobre o fato das notas de créditos serem assinadas por um diretor ou por um funcionário categorizado antes de serem contabilizadas, 60% dos integrantes da área fiscal concordam com algumas ressalvas que isso ocorre dentro da organização, e 40% dos integrantes não sabem como esse tipo de procedimento ocorre. Alguns não conhecem o procedimento correto, isso dá margem para as notas de créditos serem contabilizadas sem a aprovação do responsável, o permite a oportunidade de se cometer algum delito contra a empresa, por falta de um controle interno que não permita esse tipo de situação.

Questionados sobre a existência de controles que assegurem que todas as vendas efetuadas sejam faturadas, todos os integrantes concordam que esse procedimento existe. E isso reforça a ideia de um controle forte, pois o não faturamento das vendas pode acarretar em problemas graves para a empresa, como acusação de uma possível fraude tributária, sendo toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal. Todas as vendas faturadas devem ser contabilizadas para não evitar danos, quando questionados em relação a esse fato 80% dos integrantes da área fiscal concordam com algumas ressalvas. O que indica que uma venda ou outra pode estar deixando de ter o seu registro adequado na contabilidade.

Quando questionados sobre haver um controle para evitar o registro de vendas fictícias, 60% concordam com algumas ressalvas a sua existência, contra 40% que não sabem. O fato dos integrantes concordarem com ressalvas ou de nem mesmo saberem sobre a existência desse controle, indica que a empresa pode estar propícia a uma fraude ou que existe a ausência de um bom controle interno, que de acordo com Attie (2011) deve manter a salvaguarda dos ativos quanto à escrituração.

Dos respondentes, 80% dos integrantes da área fiscal concordam que a empresa passa pela avaliação da auditoria externa. Dado importante e que incorpora segurança ao ambiente de controle da empresa, pois segundo Franco e Marra (2011) a auditoria tem como objetivo mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. Quanto aos procedimentos adotados pelo controle interno serem testados, 60% concordam com ressalvas quanto a existência desses testes. Subentende-se que a auditoria faz a avaliação da empresa, porém não a faz de forma aprofundada, verificando todos os dados necessários. E coloca em dúvida se os auditores estão realmente utilizando adequadamente os procedimentos regidos pelas NBC T 11(CFC, 2008).

A avaliação de controle da empresa no que discerne a área fiscal, não foram encontradas disparidades consideráveis entre os níveis hierárquicos da empresa, o que possibilita entender que nessa área, as informações estão sendo transmitidas e executadas de forma plena, reforçando



assim a segurança da empresa no que discerne à possíveis aberturas para fraudes, tanto contábil como tributária.

A Tabela 7 apresenta resultados obtidos na área fiscal, referente o sistema de informação da empresa.

Tabela 7: Sistema de Informação – Fiscal

Sistema de informação - Fiscal	Operacional			Tático/ Estratégico	
	Assistente	Analista Jr	Analista Sr	Ger. Fiscal	Controller
1 – Existe algum manual de utilização do sistema de informática?	DT	NS	NS	NS	DP
2 – Os dados gerados pelo sistema de informática são confiáveis?	DT	CT	NS	CP	DT
3 – O sistema possui travas para que o usuário não tenha acesso a um período encerrado?	CP	CT	CT	CP	DP
4 – O sistema de informática suporta os dados da empresa, não apresentando nenhuma disfunção devida a sua utilização?	DP	CP	CP	CP	DT
5 – As deficiências que o sistema apresenta é devidamente reportada e resolvida de forma mais breve possível por pessoas com condições de tomar as medidas corretivas necessárias?	DP	CP	CP	DP	DT

Em relação ao fato de existir algum manual de utilização do sistema de informática, 60% dos integrantes da área fiscal indicaram não ter conhecimento, contra 40% que discordam que esse tipo de manual exista. Para o adequado desempenho do sistema, é necessário que se tenha um manual para guiar os usuários.

Em relação à confiabilidade dos dados gerados pelo sistema de informática, foi possível verificar que a área fiscal não chegou a um consenso, 40% concordam com ressalvas quanto à confiabilidade desses dados, contra 40% que não concordam. Frente ao resultado verifica-se que os dados gerados pelos sistemas são passíveis de questionamentos quanto à sua confiabilidade, e se os dados não são confiáveis é possível que existam pessoas por trás do sistema manuseando esses dados para que os mesmo não sejam confiáveis, como afirma Moura (2007) a ausência de controles e procedimentos internos e a existência de pessoas de má índole e conduta podem configurar um ambiente perfeito para a fraude.

E relação à existência de travas que não permita que o usuário tenha acesso à um período já encerrado, 80% da área fiscal concordam que existe, porém o nível estratégico discorda quanto a sua existência. É possível verificar novamente o desencontro de informações entre os níveis hierárquicos, o que leva a questionamentos quanto ao nível de integração desse sistema. Isso é elencado por Padoveze (2000) ao mencionar a necessidade de integração.

Concernente ao fato do sistema de informática suportar os dados da empresa, sem apresentar nenhuma disfunção devida a sua utilização, 60% concordam com ressalvas, contra 40% que discordam. Novamente o nível tático/ estratégico não chegaram a uma conclusão quanto ao fato do sistema não apresentar nenhuma disfunção pelo uso, pois o nível tático, concorda que não apresenta e o estratégico discorda. Foi possível verificar que as deficiências que o sistema apresenta não são devidamente resolvidas de forma mais breve possível por pessoas com condições de tomar as medidas corretivas necessárias, 60% da área fiscal discordam quanto a esse fato. As deficiências que o sistema apresenta deve ser prioridade máxima das pessoas responsáveis pela manutenção do mesmo.

Novamente foi possível verificar disparidades consideráveis entre todos os níveis hierárquicos da empresa, a informação compartilhada deve ser a mesma, para que ao ser



transmitida ao nível operacional não seja passível de dúvidas ou questionamentos que podem ser vistos como aberturas para ações dolosas contra a empresa.

4.3 Área de controle interno

As questões foram respondidas pelos seguintes componentes: analista do controle interno; gerente do controle interno e pelo controller. A Tabela 8 apresenta os resultados obtidos na área do controle interno, referente ao ambiente de controle da empresa.

Tabela 8: Ambiente de Controle – Controle Interno

Ambiente de Controle - Controle Interno	Operacional	Tático/ Estratégico	
Questões	Analista	Ger. Controle Interno	Controller
1 – Existe organograma definindo claramente funções e hierarquia?	DP	CP	CP
2 – Há uma efetiva segregação das funções operacionais e de controle?	CP	CT	CP
3 – Em nenhuma hipótese existe o controle nas mãos de uma única pessoa pela responsabilidade integral de uma operação?	NS	CT	CT
4 – Há rotação entre os funcionários designados para cada trabalho?	DT	CP	DP
5 – Todas as instruções e informações são fornecidas por escrito?	DP	DP	DP

Foram questionados sobre a existência de um organograma que define as funções e hierarquia de cada indivíduo dentro da organização e 66,67% dos entrevistados concordam com sua existência, porém com ressalvas e 33,33% discordam com ressalvas. Questionados sobre as segregações de funções dentro da empresa, todos concordam com sua existência, entretanto 66,67% foram com ressalvas. Sobre a não existência do controle nas mãos de uma única pessoa pela responsabilidade integral de uma operação, 66,67% concordam que ela não existe, e 33,33% mencionam não saber. Quando questionados em relação à rotação entre os funcionários designados para cada área, 66,67% dos entrevistados discordam existir, fato preocupante, pois Attie (2011) menciona sobre a necessidade desta rotação, com o fim de prevenção sobre as oportunidades de fraudes.

Um dado alarmante foi em relação ao fornecimento das instruções e informações por escrito, onde todos discordam que existe, Attie (2011) enfatiza que as instruções e informações devem ser fornecidas de forma clara possibilitando a prática uniforme e a eficiência dos atos, assim prevenindo a ocorrência de atos que venham denegrir a imagem da organização.

Diante dos dados obtidos foi possível notar algumas discordâncias entre as respostas obtidas pelo operacional versus estratégico do ambiente de controle da empresa, indicando uma possível falha no alinhamento das áreas.

A Tabela 9 ilustra os resultados obtidos na área do controle interno, referente à avaliação de controle da empresa.



Tabela 9: Avaliação de Controle – Controle Interno

Avaliação de Controle - Controle Interno	Operacional	Tático/ Estratégico	
Questões	Analista	Ger. Controle Interno	Controller
1 – A empresa possui conta em diferentes bancos?	CT	CT	CT
2 – São preparadas periodicamente, no financeiro, conciliação para todas as contas bancárias?	NS	CT	CP
3 – Existe um valor máximo para pagamento em dinheiro?	NS	CP	CT
4 – Os cheques têm mais de uma assinatura?	NS	NS	CT
5 – É utilizado um sistema protetor, para evitar que as quantias mencionadas nos cheques sejam adulteradas?	NS	DT	CT
6 – O pagamento das obrigações passa por mais de uma aprovação?	CP	CT	CT
7 – Existe alçada para as aprovações de pagamentos da empresa, no que discerne a valores máximos em que cabe a destinação da aprovação para essas pessoas?	CP	CT	CT
8 – A aprovação ocorre de modo eletrônico?	CP	CT	CT
9 – É exigido algum documento para registrar os pagamentos efetuados?	CP	CP	CT
10 – As contas a receber e as contas a pagar, de qualquer natureza, são periodicamente verificadas pelo financeiro e conciliadas com a escrituração contábil?	CP	DT	CT
11 – As faturas e notas de créditos são assinadas ou rubricadas por um diretor ou um funcionário categorizado antes de serem contabilizadas?	DP	CP	CT
12 – Há controles para assegurar que todas as vendas efetuadas sejam faturadas?	NS	CP	CT
13 – Esses controles demonstram que todas as vendas faturadas sejam contabilizadas?	NS	CT	CT
14 – Há controles para evitar o registro de vendas fictícias?	NS	CT	CT
15 – O controle interno da empresa passa por uma avaliação de auditoria externa?	CT	CT	CP
16 – Todos os procedimentos adotados pelo controle interno são testados?	CP	CT	CP

Os integrantes foram questionados em relação à avaliação de controle da organização a que pertencem e todos concordam que a empresa possui conta em diferentes bancos. Sobre a questão da preparação periódica no financeiro, da conciliação para todas as contas bancárias 66,67% concordam que existe, cabe destacar que dos integrantes 33,33% concordam parcialmente e esta discordância se dá pelo nível estratégico da empresa. Moura (2007) alerta que os ambientes mais comuns da ocorrência de fraudes são aqueles que constata ausência de controles e também a ausência de procedimentos internos.

Em relação se existe um valor máximo para pagamento em dinheiro 66,67% concordam, entretanto ficou evidente a divergência entre os níveis hierárquicos. Sobre o fato de utilizar um sistema protetor para evitar que as quantias mencionadas nos cheques sejam adulteradas, novamente não houve entendimento, demonstrando uma possível falta de controle. Sá e Hoog (2012) mencionam que o documento “cheque” está plausível a fraude. Sobre a existência de alçada para as aprovações de pagamentos da empresa, todos concordam. Se as aprovações ocorriam de modo eletrônico, todos concordam, porém o operacional afirma parcialmente esta ocorrência. O sistema eletrônico da empresa deve estar bem alinhado entre os níveis, Crepaldi (2010) menciona que as informações devem estar suficientemente claras e detalhadas para a sua aplicação, garantindo maior confiabilidade das informações.

Sobre contas a receber e a pagar, de qualquer natureza, se são periodicamente verificadas pelo financeiro e conciliadas com a escrituração contábil, ocorreu novamente um desentendimento entre os níveis. Attie (2011) menciona que através da conciliação periódica é que poderá ocorrer à eliminação tempestiva de possíveis erros e pendências. Sobre o



questionamento das faturas e notas de créditos serem assinadas ou rubricadas por um diretor ou um funcionário categorizado antes de serem contabilizadas 66,67% afirmam que são.

Assegurar que todas as vendas efetuadas sejam faturadas, e evitar o registro de vendas fictícias é primordial para a existência da empresa, entretanto apenas 66,67% dos integrantes do controle interno mencionam haver, esse dado demonstra que tais procedimentos em algum momento estão com falhas. Sobre procedimentos adotados pelos controles internos serem testados, apesar da afirmação de todos, 66,67% afirmam parcialmente, ou seja, nem todos os procedimentos são testados. Segundo as NBC T 11.1.2.2, os procedimentos e testes de observância visam à obtenção de razoável segurança para a organização (CFC, 2008).

De modo geral foi possível notar algumas disparidades entre os níveis hierárquicos na área do controle interno referente ao ambiente de controle da empresa, subentende-se que as informações referentes a esta área não estão atendendo todas as necessidades da empresa, podendo estar ocorrendo uma falha no controle e omissão da realidade.

A Tabela 10 apresenta os resultados da área do controle interno, referente à conciliação contábil da empresa.

Tabela 10: Conciliação Contábil – Controle Interno

Conciliação Contábil - Controle Interno	Operacional	Tático/ Estratégico	
	Analista	Ger. Controle Interno	Controller
1 – A empresa realiza a conciliação periodicamente de todas as contas?	CP	CP	CP
2 – Existem controles para assegurar o adequado processamento das operações e gerar dados contábeis confiáveis quantos às compras e vendas da empresa?	NS	CP	DP
3 – Os registros contábeis são confrontados?	NS	CP	CP
4 – Existe uma revisão independente da classificação contábil dos lançamentos?	NS	DT	DP
5 – Existe reconciliação mensal entre os controles auxiliares, razão geral e posição de cobrança?	NS	CP	CP
6 – A empresa efetua periodicamente back-up dos dados contábeis?	NS	CT	CP

Os integrantes do controle interno foram questionados sobre a periodicidade da conciliação de todas as contas, 100% afirmam a sua realização, porém com ressalvas, demonstrando que em alguma das contas contábeis da empresa não está ocorrendo esta verificação. Sobre a existência de controles para assegurar o adequado processamento das operações e gerar dados contábeis confiáveis quantos as compras e vendas da empresa, ocorreu um não entendimento entre os níveis e o fato mais alarmante está no alto escalão onde somente 33,33% afirmam sua existência e 33,33% negam sua existência, deixando em dúvida a sua real existência. Migliavacca (2004) menciona que os sistemas de controle estão direcionados para a prevenção e detecção de erros e fraudes que possam afetar a empresa.

Sobre os registros contábeis serem confrontados, 66,67% concordam parcialmente, dado não favorável, um procedimento realizado incompleto o torna ineficaz. Sobre a classificação contábil dos lançamentos, se existe uma revisão independente, 66,67% afirmam não existir, e esta afirmação ocorre pelos integrantes dos níveis tático/estratégico. Assim, a empresa está desprotegida contra possíveis erros e fraudes, de acordo com a NBC T 11.1.4.3 a responsabilidade primária na prevenção e identificação de erros e fraudes é da administração (CFC, 2008).



A reconciliação mensal entre os controles auxiliares, razão geral e posição de cobrança é um procedimento para garantir a confiabilidade e credibilidade das informações, porém somente 66,67% afirmam existir tal procedimento, o que leva a empresa não estar totalmente certa dos relatórios fornecidos. Franco e Marra (2011) citam que uma das formas de atuação da auditoria externa é por meio da revisão das demonstrações contábeis para assim confirmar a sua exatidão. Os integrantes do controle interno ainda foram questionados sobre a preservação dos dados contábeis da empresa através da execução de back-ups periódicos e somente 33,33% afirmam ser realizado, e 33,33% afirmam ocorrer de forma parcial, demonstrando que as preservações dos dados contábeis não são realizadas constantemente.

Torna-se evidente neste bloco, o desconhecimento por parte do nível operacional do controle interno da empresa em diversos questionamentos demonstrando uma possível ineficiência, deixando dúvidas sobre a capacitação das pessoas para as atividades propostas.

A Tabela 11 apresenta os resultados da área do controle interno, referente ao sistema de informação da empresa.

Tabela 11: Sistema de Informação – Controle Interno

Sistema de informação - Controle Interno	Operacional	Tático/ Estratégico	
	Analista	Ger. Controle Interno	Controller
1 – Existe algum manual de utilização do sistema de informática?	DT	CP	DP
2 – Os dados gerados pelo sistema de informática são confiáveis?	DP	DP	DT
3 – O sistema possui travas para que o usuário não tenha acesso a um período encerrado?	NS	CT	DP
4 – O sistema de informática suporta os dados da empresa, não apresentando nenhuma disfunção devida a sua utilização?	DT	DP	DT
5 – As deficiências que o sistema apresenta é devidamente reportada e resolvida de forma mais breve possível por pessoas com condições de tomar as medidas corretivas necessárias?	DP	DP	DT

Em relação ao sistema de informação da organização a que pertencem, 66,67% dos entrevistados mencionam não existir um manual de utilização do sistema, a sua ausência pode ocasionar grandes transtornos para a empresa. Para Crepaldi (2010) a informação deve ser suficientemente detalhada para permitir identificação das operações ou possíveis problemas.

Quanto à confiabilidade dos dados gerados pelo sistema de informática, todos mencionam não ser confiável, este dado demonstra uma possível ineficiência no sistema, com relação se possui travas para que o usuário não tenha acesso a um período já encerrado, ocorreu um desentendimento entre os níveis onde somente 33,33% mencionam sua existência. Novamente foi possível notar uma provável ineficiência do sistema de informação

Verificou-se que as deficiências que o sistema apresenta não são devidamente resolvidas de forma mais breve possível por pessoas com condições de tomar as medidas corretivas necessárias.

Por meio dos dados obtidos foi possível notar que os integrantes do controle interno em relação ao sistema de informação da organização, demonstram uma possível brecha para ocorrência de erros e fraudes sendo necessária a implantação de ações corretivas. Apesar das ressalvas constatadas, não houve discordância significativa entre as respostas obtidas pelo operacional versus estratégico, representando um fator positivo.



5. Conclusão

Esse estudo tem por finalidade verificar a possibilidade de ocorrência de fraude. De acordo com a análise dos dados evidenciou-se que a fraude poderia ocorrer tanto por falta de sincronia dos colaboradores, desde o nível operacional até o tático/estratégico e também por conta de disfunções que o sistema de informação da empresa possui, criando assim um ambiente propício para que pessoas mal intencionadas ajam sem serem percebidas.

Foram analisados ambientes/departamentos chaves da empresa, considerados dessa forma, por serem áreas em que a fraude se evidenciaria com maior facilidade. Verificou-se que o ambiente de controle da empresa necessita de uma atenção especial, visto que não existe rotação de funcionários e que grande parte das instruções e informações primordiais para o andamento do negócio não são fornecidas por escrito. Como verificado no decorrer deste trabalho essa falha no ambiente de controle deve ser vista como uma possível caracterização de fraude, pois um dos vértices do triângulo da fraude descrito por Cressey (1953) consiste na oportunidade, o que é verificado na empresa estudada.

Outra constatação relevante refere-se ao sistema de informação, responsável pelo armazenamento de todas as informações pertinentes a operação da empresa. Foi verificado que o mesmo não atende às necessidades básicas da empresa, visto que em todas as áreas analisadas foram constatadas disfunções em seu funcionamento. E verificou-se que os colaboradores não confiam nos dados produzidos pelo sistema. E que em sua manutenção as deficiências quando apresentadas não são priorizadas, sendo possível notar que o sistema de informação não possui a capacidade de atender os diferentes níveis da empresa, e que pode, em alguns momentos, estar gerando informações equivocadas sobre a realidade da empresa.

E frente ao exposto verifica-se que atuação de um controle interno mais efetivo em todos os departamentos da empresa, dificultaria muito a ação de pessoas mal intencionadas que venham a burlar o sistema da empresa. A atuação efetiva de uma auditoria interna, com o propósito de verificar o andamento dos controles efetuados em cada área, inibiria também ações dolosas contra a empresa. A fraude em si não foi detectada, mas existem muitas lacunas para que a mesma ocorra.

Referências bibliográficas

ATTIE, W. **Auditoria, conceitos e aplicações**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CASTRO, R. H. O.; CAMPOS, J. C. **Fraudes: Conhecê-las, Estudá-las e Previni-las**. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. São Paulo, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução 820 de 1997- NBC T 11. Estabelece normas para o exercício da Auditoria/Conselho Federal de Contabilidade. 3ª edição. Brasília: CFC, 2008.

COSENZA, J. P. Contabilidade criativa: as duas faces de uma mesma moeda. Pensar Contábil. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro - RJ, n. 20, p. 4-13, maio/jul. 2003.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.



CRESSEY, D. R. **Other people's money: a study in the social psychology of embezzlement**, Glencoe, Illinois: The Free Press, 1953.

FRANCO, H; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, M. A. C. **Uma Contribuição à prevenção de fraudes contra as empresas**. Tese de Doutorado em Contabilidade e Atuária. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MIGLIAVACCA, P. N. **Controles Internos nas organizações**. 2ª ed. São Paulo: Edicta, 2004.

MOURA, D. de. **Análise dos Fatores de convencimento do Juízo Brasileiro quanto à ocorrência de Fraude Contábil**: um estudo de caso Múltiplo da Gallus, da Encol e do Banco Santos. Dissertação para conclusão do Mestrado Internacional (MIM), na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MUNDURUCA, D. F. V. **Comércio exterior como estratégia de crescimento econômico**: uma proposta de priorização de produtos exportáveis para a economia sergipana. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2010.

OLIVEIRA, M. C.; LINHARES, J. E. **A Implantação de controle interno adequado às exigências da Lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – um estudo de caso**. 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 27 e 28 de julho de 2006. USP-EAC. Pesquisa Contábil e Desenvolvimento Econômico-Social. São Paulo. 2006.

OLIVEIRA, R. L. **Gestão de Fraudes Financeiras Externas em Bancos**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, A. L. de. HOOG, W. A. Z. **Corrupção, Fraude e Contabilidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: JURUA, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

VAZQUEZ, J. L. **Comércio Exterior Brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisas em Administração**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.